



D. Luís da Cunha e as negociações de Utreque

BNP

BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

D. Luís da Cunha e as negociações de Utreque

D. Luís da Cunha e as negociações de Utreque

Coordenação

ABÍLIO DINIZ SILVA

ANA LEAL DE FARIA

TIAGO C. P. DOS REIS MIRANDA

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

Lisboa 2014

D. Luís da Cunha e as negociações de Utreque

COORDENAÇÃO

Abílio Diniz Silva
Ana Leal de Faria
Tiago C. P. dos Reis Miranda

AUTORES

Abílio Diniz Silva
Ana Cristina de Santana Silva
Ana Leal de Faria
Ângela Domingues
Hugo Alves
Isabel Cluny
José Damião Rodrigues
Lígia de Azevedo Martins
Susana Münch Miranda
Teresa Duarte Ferreira
Tiago C. P. dos Reis Miranda

REVISÃO

BNP – Área de Gestão Editorial

CAPA

Memorias da paz de Utrecht oferecidas a El-Rey N. S. por D. Luís da Cunha, seu embaixador extraordinario e plenipotenciario no Congresso da dita paz. Quarta e ultima parte [Manuscrito]. 1715. PBA 450, f. intercalado a p. 894.

DESIGN

TVM Designers

PRÉ-IMPRESSÃO

BNP – Área de Gestão Editorial

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

D. LUÍS DA CUNHA E AS NEGOCIAÇÕES DE UTREQUE

D. Luís da Cunha e as negociações de Utreque / coord. Abílio Diniz Silva, Ana Leal de Faria, Tiago C. P. dos Reis Miranda. – Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2014. – 169 p.
Livro eletrónico.
ISBN 978-972-565-535-1

CDU 94(469)17”(0.034)

Nota introdutória	7
Palavras de abertura	11
TIAGO C. P. DOS REIS MIRANDA	
D. Luís da Cunha, «oráculo» da política	17
ABÍLIO DINIZ SILVA	
Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha: os debates na Corte de Lisboa vistos pelo enviado da Prússia	33
ANA LEAL DE FARIA	
A missão diplomática de Carlos Ernesto de Waldstein, embaixador do Sacro Império em Portugal (1700-1703)	51
SUSANA MÜNCH MIRANDA	
Correspondência diplomática portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha. Cartas de Francisco de Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha	75
HUGO ALVES	
A Guerra de Sucessão de Espanha, o Congresso de Utreque e a diplomacia	99
ISABEL CLUNY	
Episódios da Guerra de Sucessão no Atlântico Sul: os ataques de Duclerc e Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro	111
ÂNGELA DOMINGUES	

Diplomacia, geopolítica e migrações: colonos
portugueses no povoamento do Brasil meridional
entre os tratados de Utrecht e de Madrid 131

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES

Fontes para a história da Guerra da Sucessão de
Espanha (1702-1714) nos Reservados da Biblioteca
Nacional de Portugal 157

LÍGIA DE AZEVEDO MARTINS

ANA CRISTINA DE SANTANA SILVA

TERESA DUARTE FERREIRA

A missão diplomática de Carlos Ernesto de Waldstein, embaixador do Sacro Império em Portugal (1700-1703)*

SUSANA MÜNCH MIRANDA

Leiden University

Aldeia Galega do Ribatejo, 10 de julho de 1700. Depois de uma longa jornada iniciada na primavera, Carlos Ernesto, conde de Waldstein, embarcava finalmente numa falua para cruzar o Tejo, rumo a Lisboa. Vinha investido do carácter de embaixador extraordinário do imperador Leopoldo I de Habsburgo, junto de D. Pedro II, razão pela qual, desde que atravessara a fronteira no Caia, viera escoltado por guardas reais. Do outro lado da margem foi recebido por D. Luís Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde, 7.º conde de Monsanto, que o aguardava com três coches, a fim de o conduzir a umas casas do visconde de Asseca, arrendadas para sua morada¹. Exausto e debilitado por uma febre persistente que o atacara durante a jornada, o conde de Waldstein dava nesse dia início a uma delicada missão diplomática, num momento em que a alta política europeia se agitava com o espectro da crise sucessória espanhola. A 1 de novembro de 1700, a morte de Carlos II de Espanha, ainda que há muito esperada, precipitou os acontecimentos e desencadeou um turbilhão político que forçou o diplomata austríaco a prolongar a sua estada em Lisboa. Só viria a encetar viagem de regresso a Viena no final de maio de 1703, já depois de consumada a adesão de Portugal à Grande Aliança e à causa do arquiduque Carlos ao trono de Espanha (FRANCIS 1966).

* A investigação que sustenta os resultados aqui apresentados foi realizada ao abrigo de uma bolsa de pós-doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/40833/2007).

Durante os três anos em que residiu em Lisboa, Carlos Ernesto de Waldstein foi testemunha privilegiada das hesitações e jogos de poder em torno do alinhamento externo de Portugal no vazio sucessório criado pela morte do último Áustria espanhol. Contudo, por razões sobejamente conhecidas, a historiografia tem salientado o papel de John Methuen na ofensiva diplomática desencadeada pelas potências da Grande Aliança (Inglaterra, Províncias Unidas e Sacro Império) em Lisboa, a partir de 1702. Nem o enviado das Províncias Unidas, Francisco de Schöenberg, nem Carlos Ernesto de Waldstein tiveram, é certo, protagonismo semelhante àquele que se reconhece ao enviado inglês nas negociações que culminaram na assinatura do duplo tratado de aliança (ofensiva e defensiva) com as potências marítimas e o Sacro Império, a 16 de maio de 1703. Do embaixador de Leopoldo I retêm-se habitualmente as disputas protocolares que manteve com os membros do Conselho de Estado de D. Pedro e o comportamento arrogante que caracterizou o seu relacionamento com Paul Methuen, razões que teriam contribuído para o seu isolamento (FRANCIS 1966: 93-94). Todavia, a passagem do conde de Waldstein por Lisboa reveste-se de um interesse adicional para a história da participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha, graças à intensa correspondência diplomática que trocou com a sua Corte entre 1700 e 1703, e que hoje se encontra à guarda do Haus-, Hof- und Staats- archiv, em Viena, no fundo *Diplomatie und Außenpolitik vor 1848*.

Para além das missivas originais deste diplomata, o subfundo *Staaten-abteilungen Portugal* conserva ainda os borrões das instruções enviadas pelo Imperador, bem como alguns pareceres do Conselho do Gabinete (*Geheimrat*), órgão responsável pela condução da política externa do Sacro Império, sobre o envolvimento de Portugal na crise sucessória espanhola. Repartidas por três caixas, 150 peças permitem acompanhar de perto a evolução das relações entre Viena e Lisboa, ao mesmo tempo que iluminam aspetos conhecidos e menos conhecidos das incertezas que pautaram o posicionamento da Corte portuguesa².

Apesar de fértil em informações, este acervo tem sido pouco explorado e apenas duas exceções merecem ser assinaladas. Franz Martin Mayer sondou alguns relatórios do embaixador, em trabalho já bastante antigo (MAYER 1884), enquanto Jiří Hrbek não descurou este subfundo nem a mis-

são diplomática na capital portuguesa, em recente biografia que dedicou ao conde de Waldstein (HRBEK 2013). Se as missivas deste diplomata permanecem em larga medida inéditas, cabe lembrar que dificuldades de leitura terão jogado contra um levantamento exaustivo. Os obstáculos fazem-se sentir em dois planos. O primeiro prende-se com a antiga forma manuscrita da língua alemã designada de *Kurrentschrift* ou *Alte Deutsche Schrift*. Tendo como base um gótico cursivo, esta forma de escrita desenvolveu-se nos territórios alemães entre os séculos XVI e XVII, tendo permanecido em uso até à década de 1940 (GUTZWILLER 1992; SANTIFALLER 1930). Por se distinguir da forma de escrita utilizada nos demais países da Europa Ocidental, onde a assimilação da letra carolíngia ou humanista foi preponderante desde o século XVI, a *Deutsche Kurrentschrift* é considerada uma escrita de leitura difícil, para a qual se torna indispensável uma aprendizagem prévia³. O segundo desafio materializa-se na existência de inúmeros excertos cifrados, de acordo com uma prática corrente em diplomacia, sempre que se tratasse de garantir a confidencialidade da informação. Vale a pena notar que o recurso à criptografia se adensa nas missivas dos primeiros meses de 1703, aquando da negociação dos termos da adesão de Portugal à Grande Aliança. Afortunadamente, a decodificação dos excertos em cifra acompanha a correspondência original do diplomata, muito embora em condições que dificultam a leitura e análise destes materiais. Seja nas entrelinhas da própria carta, em letra muito miúda, seja em folhas soltas, a reconstituição do texto completo pode ser tarefa complexa e morosa.

Tendo por base uma sondagem aprofundada deste legado, aqui se procura desvendar alguns aspetos porventura menos conhecidos das relações bilaterais entre as duas Cortes, no quadro da difícil conjuntura política que antecede o envolvimento de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha. O posicionamento de Viena face à participação portuguesa e o papel do seu embaixador nas negociações conduzidas em Lisboa são alguns dos temas que aqui se observam. Na primeira parte recordam-se, em traços gerais, as circunstâncias políticas que determinaram a enviatura do conde de Waldstein e justificam-se as razões da nomeação; na segunda parte acompanham-se os primeiros meses da estada do embaixador em Lisboa, e na terceira e última parte desvenda-se o seu papel inter-

mediador na renovação da aliança política e familiar entre os Bragança e a Casa de Áustria.

Nas vésperas da Guerra da Sucessão de Espanha

A morte de Filipe IV, em 1665, colocou pela primeira vez o problema da sucessão de Espanha. O futuro do ramo espanhol da Casa de Áustria repousava nos ombros do seu único filho varão, Carlos, uma enfermeira criança de quatro anos, cuja morte se esperava a qualquer momento (FREY; FREY 1983: 4-5). Contra todas as expectativas, Carlos II ainda chegou à idade adulta e a crise sucessória foi sendo adiada. Dos seus dois casamentos, primeiro com Maria Luísa de Orleães (1662-1689) e depois com Maria Ana de Neuburgo (1667-1740), não houve descendência, pelo que a sucessão ao trono da Espanha foi um tema candente da alta política europeia no último quartel do século XVII. Duas posições opostas se perfilavam, esgrimindo argumentos dinásticos.

O ramo austríaco da Casa de Áustria, representado pelo imperador Leopoldo I, considerava que tinha um direito inalienável ao património do ramo espanhol, em virtude das disposições tomadas por Carlos V em 1555-1556, aquando da sua abdicação e da separação definitiva do património dos Habsburgo (BÉRENGER 1990: 169-170, 393-394; EDELMAYER 2009: 95-108). Desde essa altura, e para garantir a sobrevivência da dinastia e a indivisibilidade do seu património, vários pactos entre os Habsburgo estipularam a mútua sucessão. Por decorrência, esta estratégia consolidou a prática dos casamentos consanguíneos entre os dois ramos da Casa de Áustria, ao mesmo tempo que se impôs às princesas que casassem noutras Casas a obrigatoriedade de renunciar direitos à Coroa de Espanha ou à dignidade imperial, consoante o caso (BÉRENGER 2004: 410).

Esta posição media forças com uma outra, consubstanciada nas pretensões francesas à sucessão do trono espanhol. A França estribava-se nos sucessivos casamentos entre o ramo espanhol da Casa de Áustria e os Bourbon, designadamente de Luís XIII com Ana de Áustria (filha de Filipe III), em 1615, e de Luís XIV com Maria Teresa (filha de Filipe IV), em 1660. Nestas duas posições inconciliáveis, vale recordar que, desde a

Paz dos Pirenéus (1659), as pretensões francesas tendiam a ganhar peso no jogo político europeu.

Para Leopoldo I, o problema da sucessão espanhola esteve sempre no topo das prioridades políticas. Tratava-se não só de garantir o seu direito à sucessão, considerado inalienável, mas também de garantir a integridade do imenso património agregado à monarquia espanhola, composto pela Espanha, Nápoles, Sicília, Milão, Países Baixos espanhóis, para além do império ultramarino. Neste contexto, o nascimento do arquiduque Carlos, no ano de 1685, viera conferir impulso renovado às pretensões do Imperador. A sucessão na coroa imperial e no governo da monarquia austríaca estava assegurada pelo primogénito, o arquiduque José, pelo que o filho cadete podia ser encaminhado para suceder no trono da Espanha (INGRAO 1982: 22 e seg.). Carlos de Habsburgo foi, pois, educado como um príncipe espanhol, e a língua castelhana permaneceria, durante toda a vida, o seu idioma preferido (HUSS 2008: 56-60). Contudo, estes planos dinásticos seriam postos em causa no rescaldo da Guerra dos Nove Anos (1688-1697).

Nas negociações para a Paz de Ryswick, tornou-se claro que as reivindicações dinásticas da França e do Sacro Império sobre a monarquia espanhola eram inconciliáveis. Nenhuma das partes estava, todavia, em condições de enfrentar um novo ciclo bélico. Luís XIV ainda se ressarcia dos elevados custos humanos e financeiros da Guerra da Liga de Augsburgo, enquanto Leopoldo I estava longe de possuir os meios para sustentar uma guerra prolongada contra a França. A Inglaterra e as Províncias Unidas, por seu turno, percecionavam a sucessão espanhola como uma potencial ameaça ao princípio do equilíbrio de poderes, capaz de engendrar uma nova vaga expansionista por parte da França. O compromisso a que se chegou, depois de ratificado o tratado de Ryswick, reflete o interesse das partes envolvidas em evitar a guerra.

Nos termos desse compromisso, assinado no dia 18 de outubro de 1698, e que ficou conhecido como o Primeiro Tratado de Partilha, optou-se por designar o príncipe José Fernando da Baviera (1692-1699), neto de Leopoldo I, como herdeiro universal do património da monarquia espanhola⁴. A Inglaterra, as Províncias Unidas, a França e o Sacro

Império assinaram o compromisso, e também Carlos II de Espanha declarou o jovem príncipe da Baviera seu herdeiro e sucessor, em testamento lavrado no dia 14 de novembro de 1698.

Todavia, a morte precoce do pequeno José Fernando, no dia 6 de fevereiro de 1699, veio perturbar o equilíbrio estabelecido. Leopoldo I apressou-se a agir em prol dos interesses da sua casa dinástica. Entre as iniciativas que tomou, conta-se a nomeação de Carlos Ernesto, conde de Waldstein (1661-1713) para embaixador extraordinário do Sacro Império junto do rei de Portugal. Sublinhe-se que a nomeação e o mandado de pagamento de ajudas de custo para a viagem datam de 17 de fevereiro de 1699, escassos 11 dias após a morte do príncipe da Baviera⁵.

Aos 38 anos de idade, proveniente de uma distinta linhagem da nobreza boémia, Carlos Ernesto tinha um percurso consolidado ao serviço da casa imperial. Gentil-homem da câmara do Imperador e conselheiro do Império (*Reichshofrat*), cumprira duas missões diplomáticas na qualidade de enviado extraordinário de Leopoldo I, respetivamente em Berlim (principado de Brandeburgo, 1695-1696) e em Versalhes (1698)⁶. A qualidade do seu nascimento, bem como os serviços prestados aos Habsburgo mereceram-lhe, em 1698, a distinção de cavaleiro da exclusiva Ordem do Tosão de Ouro. Nesta bem-sucedida trajetória social e política, pesaram certamente as conexões familiares que o inseriam no núcleo duro dos ministros do Conselho do Gabinete (SIENELL 2001: 214-219). Entre eles, vale destacar a figura do pai, Carlos Fernando de Waldstein (1634-1702), que ocupou sucessivamente vários officios na casa imperial até chegar a camareiro-mor na década de 1690; e o tio, Fernando Boaventura, conde de Harrach (1637-1706), estribeiro-mor e ministro favorito de Leopoldo I, que o incluía no seu círculo mais restrito (KELLENBENZ 1966: 698-699; FREY; FREY 1983: 35-36).

Se a crise desencadeada pela morte de José Fernando da Baviera foi a causa próxima da nomeação de Waldstein, há que reconhecer que a Corte de Viena planeava o envio de um representante diplomático a Lisboa desde 1696. Como pretexto, esgrimia-se a reciprocidade de representação diplomática iniciada com a embaixada do 2.º marquês de Arronches a Viena (1695-1696), no contexto da ligação familiar entre os Bragança e os Habsburgo austríacos⁷. As Cortes de Lisboa e Viena uniam-se, na ver-

dade, pelos laços de parentesco tecidos pelas duas consortes provenientes da Casa do Palatinado-Neuburgo: as irmãs Maria Sofia e Leonor Madalena eram, respetivamente, Rainha de Portugal e Imperatriz do Sacro Império. Mas o verdadeiro móbil de Leopoldo I era já o desejo de concitar o apoio de Lisboa à causa do Arquiduque. Georg Adam de Martiniz foi o primeiro nome ponderado pelo Conselho de Gabinete para embaixador junto de D. Pedro II⁸. Porém, o trágico desenlace da embaixada de Carlos José de Ligne, envolvido no assassinato do conde de Hallweil em circunstâncias pouco claras, levaram Leopoldo I a suspender a enviatura de Martiniz.

Nova iniciativa seria tomada em 1697, com a escolha do bispo de Passóvia e príncipe do Sacro Império, João Filipe de Lamberg (1651-1712). Mas também desta vez faltou a concretização, porque Viena teve de enfrentar problemas mais urgentes. Apreensivo com a frente de guerra contra o Império Otomano na Hungria e com o vazio de poder em Varsóvia desde a morte de João de Sobieski III (1629-1696), Leopoldo I optou por concentrar esforços diplomáticos na Polónia⁹. Em vez de Lisboa, o conde de Lamberg foi enviado a Varsóvia, onde logrou garantir a eleição de Frederico Augusto I, duque da Saxónia, para rei da Polónia (BÉRENGER 2004: 401). Na primavera de 1698, discutia-se novamente o envio de João Filipe de Lamberg para Lisboa, sem, contudo, se apontar para uma data de partida¹⁰.

Carlos Ernesto de Waldstein não foi, pois, a primeira escolha de Leopoldo I, e o seu nome terá começado a ser aventado assim que o bispo de Passóvia recebeu comissão para representar o Imperador na Dieta Imperial em Ratisbona¹¹. No início de 1699, a conjuntura política europeia precipitou a decisão de Viena. Confirmado o recuo do Império Otomano, por meio do Tratado de Karlowitz, assinado em janeiro de 1699, Leopoldo I ficou livre para se ocupar da sucessão espanhola. As instruções do conde de Waldstein, datadas de 27 de junho de 1699, são elucidativas dos objetivos do Imperador.

Carlos Ernesto de Waldstein foi incumbido de recolher informações sobre as inclinações da Corte portuguesa relativamente à esperada crise sucessória no reino vizinho. Para esse efeito, deveria fazer uso da ligação familiar que unia as duas Cortes e obter da rainha D. Maria Sofia as dese-

jadas informações. Caso encontrasse os portugueses indiferentes ao assunto, deveria insinuar os interesses comuns que ligavam os Bragança à Casa de Áustria, não só em virtude dos laços de sangue, mas também porque Portugal dificilmente desejaria uma eventual união dinástica entre a Espanha e a França¹². Embora de objetivos claramente formulados, estas instruções pecavam por demasiado genéricas, como se reconheceria meses volvidos.

Com a enviatura de Waldstein, o Conselho do Gabinete reconhecia implicitamente a importância estratégica de Portugal e o seu papel como aliado e base de operações numa intervenção militar em Espanha. Estando em jogo interesses dinásticos, nesse reconhecimento Viena foi até mais precoce do que Londres ou Haia, que só em 1702 despacharam enviados extraordinários para Lisboa (ALBRECHT 1933: 11). Neste contexto, também não surpreende que Waldstein recebesse ordem para se deter previamente em Madrid, a fim de se avistar com o embaixador aí residente, Aloísio Tomás Raimundo, conde de Harrach, e de se inteirar dos pormenores relativos à sucessão espanhola¹³. A sua partida de Viena foi, todavia, adiada para os primeiros meses do ano de 1700.

A embaixada do conde de Waldstein em Lisboa

Para além das instruções, Carlos Ernesto de Waldstein recebeu do Imperador e da Imperatriz as credenciais necessárias para se apresentar na Corte de Lisboa¹⁴. Quando finalmente partiu, seguiram na sua companhia a Condessa sua mulher, Maria Teresa von Losenstein (1666-1729), o secretário da legação, Pietro Conti, e o secretário pessoal do embaixador, Giuseppe Zignoni, milanês de nascimento¹⁵. Detiveram-se alguns dias em Paris, antes de se separarem: a Condessa infltiu para o litoral, a fim de prosseguir viagem por mar até Lisboa, enquanto Waldstein rumou a Madrid por terra. Chegado a Aranjuez no início do mês de junho de 1700, foi recebido em audiência secreta por Carlos II e pela rainha, Maria Ana de Neuburgo. Por não ter representação, nem carácter de embaixador para Madrid, não lhe foram dispensadas as honras protocolares devidas aos ministros do Sacro Império, facto de que muito se ressentiu. Deu, aliás, conta ao Imperador da falta de dignidade com que foi recebido,

numa dependência comum do palácio onde se recebiam os demais ministros estrangeiros¹⁶.

Ainda em Madrid, o conde de Waldstein foi informado que Portugal se preparava para assinar o Segundo Tratado de repartição da monarquia espanhola¹⁷. Delineado em junho de 1699, e assinado pela Inglaterra, França e Províncias Unidas, nele se reconhecia o arquiduque Carlos como herdeiro universal do seu património. Contudo, Viena e também Madrid jamais poderiam aceitar este Segundo Tratado, na medida em que uma das cláusulas pressupunha a entrega aos Bourbon de territórios italianos, designadamente Milão, e a conseqüente fragmentação da monarquia espanhola (BÉRENGER 2004; FREY; FREY 1983; EDELMAYER 2009). Seguindo instruções entretanto chegadas por correio extraordinário de Viena, Harrach e Waldstein acertaram entre si a estratégia que melhor defendia os interesses da Casa de Áustria, isto é, fazer saber a D. Pedro II que as condições do tratado eram inadmissíveis. Na altura, tornou-se também claro que as instruções que Waldstein recebera em 1699 estavam desajustadas para a nova conjuntura.

Mediante as notícias chegadas de Lisboa, Carlos Ernesto resolveu apressar a partida. Deixou a maior parte da sua família e bagagem, e partiu levando consigo apenas a criada indispensável. Viajando pela posta, cavalgou dia e noite. Passou sucessivamente por Elvas, Estremoz, Arraiolos e Aldeia Galega do Ribatejo, tendo sempre recebido dos oficiais régios as honras devidas a um ministro estrangeiro. No dia 10 de julho, pelas 13h00, chegava finalmente a Lisboa, reunindo-se à mulher, que chegara à capital portuguesa quatro dias antes¹⁸. Encontraram a Corte ainda de luto, uma vez que não tinha transcorrido um ano completo sobre a morte da rainha D. Maria Sofia (4 de agosto de 1699). Com o falecimento da rainha, desaparecia também o principal elo de ligação das Cortes de Lisboa e Viena. Para o embaixador, esta seria apenas a primeira de uma sucessão de contrariedades que marcaram a sua passagem pela capital portuguesa e dificultaram a missão de que vinha incumbido.

A 20 de julho, já uma disputa protocolar opunha o enviado da Casa de Áustria aos membros do Conselho de Estado de D. Pedro. Waldstein pretendia que os conselheiros lhe prestassem a primeira visita, fundado no argumento de que o marquês de Arronches tinha recebido idêntica

distinção, em Viena, dos membros do Conselho do Gabinete. Na observação deste cerimonial jogava-se também o reconhecimento da dignidade imperial da Casa de Áustria, a quem cabia, por decorrência, o governo secular da Cristandade. Por seu turno, os ministros portugueses esgrimiam com o cerimonial diplomático em uso na Corte, que só previa a distinção da primeira visita ao núncio, mercê da sua jurisdição eclesiástica¹⁹. E de nada valeram as instâncias feitas por Waldstein junto do secretário de Estado, Mendo de Fóios Pereira.

Diferendos sobre o protocolo marcaram também o relacionamento com Paul Methuen, enviado extraordinário de Guilherme III de Inglaterra²⁰. Por duas vezes, Waldstein se recusou a recebê-lo, numa atitude perccionada como arrogante. Em seu entender, Methuen assistia em Lisboa apenas com o carácter de enviado, o que não lhe conferia o direito de solicitar uma honra só devida ao embaixador francês e ao núncio, seus pares. Waldstein teceu, aliás, considerações pouco abonatórias sobre o enviado inglês, que considerava um jovem destituído de qualidade e méritos, inexperiente na arte da negociação política e que apenas obtivera o posto em virtude dos serviços do pai²¹.

Entretanto, a febre que o atacara durante a jornada teimava em prendê-lo nos seus aposentos e foi causa do adiamento da audiência privada com D. Pedro para o dia 24 de julho²². Ao apresentar condolências pelo falecimento da rainha Maria Sofia, diz Waldstein que D. Pedro suspirou várias vezes, enquanto os seus olhos humedecidos deixavam transparecer sensibilidade ao assunto²³. Na mesma audiência, reportando-se ao Segundo Tratado de Partilha da monarquia espanhola, D. Pedro admitiu que já se tinha entendido com a França e reconhecido implicitamente os seus termos. Fê-lo novamente entre suspiros, dando a entender que estava preocupado com a perspectiva de uma nova guerra.

Nas semanas seguintes, Carlos Ernesto desdobrou-se noutras audiências privadas e em reuniões. A 1 de agosto foi recebido pelos jovens príncipes D. João, D. Francisco e D. António, tendo nesse mesmo dia apresentado as suas credenciais à Rainha viúva de Inglaterra, D. Catarina, no palácio da Bemposta. Dias mais tarde seria a vez da audiência privada junto da infanta D. Luísa, filha natural de D. Pedro, a quem a etiqueta de Corte conferia lugar de destaque em virtude da sua legitimação,

em 1691. Simultaneamente, Waldstein ia recebendo as visitas do nuncio, Michelangelo Conti, do embaixador francês, Pierre de Rouillé, do residente do Brandenburgo, e bem assim dos cônsules espanhol, francês, dinamarquês, de Danzig, de Hamburgo e de Lubeque. Apesar destes contactos, a sua vida social era muito limitada, monótona mesmo, nas palavras de Paul Methuen (ALBRECHT 1933: 12). Por permanecer incógnito em Lisboa, as saídas eram raras, o que muito contrariava a natureza extrovertida do diplomata²⁴.

Em meados de agosto, teve finalmente oportunidade de debater o problema da sucessão espanhola com o confessor do Rei, o padre Sebastião de Magalhães, e com o secretário de Estado, Mendo de Fóios Pereira. Sabendo-se, na altura, que em Conselho de Estado se analisavam as propostas de Pierre de Rouillé para formalizar o apoio de Portugal ao Segundo Tratado, Waldstein instou veementemente para que os perigos de uma aliança com a França fossem representados ao Rei. Mas o próprio diplomata duvidava do sucesso destas instâncias, por reconhecer na Corte portuguesa um enorme receio do poderio naval francês, sentimento desfavorável, pois, a um realinhamento externo²⁵. A 15 de outubro, Portugal aliava-se formalmente à França, à Inglaterra e às Províncias Unidas ao reconhecer os termos do Segundo Tratado de Partilha da monarquia espanhola (CASTRO 1856: 90-113).

Na ótica de Viena, os relatórios do embaixador forneciam a clarificação pretendida quanto à posição de Portugal, tornando desnecessária uma representação diplomática em Lisboa. A 6 de novembro de 1700, numa altura em que Viena ainda não tinha conhecimento da morte de Carlos II (1 de novembro), autorizava-se o regresso de Waldstein à Corte imperial na primavera do ano seguinte²⁶. Entretanto, o caos político que se seguiu à notícia da morte do último dos Áustrias espanhóis alterou o rumo dos acontecimentos. A 15 de novembro de 1700, Luís XIV aceitou a Coroa de Espanha em nome do neto, Filipe de Anjou, que Carlos II nomeara seu herdeiro universal no derradeiro testamento. Na Corte de Viena, os conselheiros imperiais reconheceram o perigo da união da Monarquia Católica com a França e julgaram ser imperioso assegurar a herança do ramo espanhol para a Casa de Áustria (EDELMEYER 2009).

A ofensiva diplomática de Leopoldo não se fez esperar. Enquanto em Londres e Haia, os condes Wratislaw e Goës negociavam os termos da Grande Aliança com a Inglaterra e as Províncias Unidas, Waldstein permanecia em Lisboa, desdobrando-se em audiências com D. Pedro II e em diligências junto do padre Sebastião de Magalhães e de Mendo de Fóios Pereira²⁷. Cabia-lhe a árdua tarefa de dissuadir Portugal de aceitar os termos do testamento de Carlos II. Contudo, sustentada pelas promessas do embaixador de Luís XIV, a fação pró-francesa na Corte era, na altura, preponderante.

Nesta conjuntura, os meses seguintes foram particularmente frustrantes para o conde de Waldstein. Das missivas intuem-se fricções no relacionamento com Mendo Fóios Pereira, declarado defensor de uma aliança com a França. Seria seco e taciturno nas conferências, facto que lhe mereceu o epíteto de «oráculo mudo»²⁸. Reunia juntas quase diariamente em sua casa com os restantes conselheiros de Estado, furtava-se a conferenciar com Waldstein, que o acusava de não transmitir as suas instâncias a D. Pedro de forma fidedigna²⁹. Incapaz de inverter o sentido dos acontecimentos, Waldstein queixa-se da cegueira e mesquinhez da Corte portuguesa³⁰.

A 18 de junho de 1701, Portugal reforçava o alinhamento com a Espanha e com a França, por meio da assinatura de dois tratados de aliança, que implicavam o reconhecimento do duque de Anjou, entretanto entronizado como Filipe V, rei de Espanha, bem como uma contrapartida de auxílio militar francês (CASTRO 1856 114-121; ALMEIDA 1973: 204-205). Segundo Waldstein, D. Pedro II foi persuadido a aceitar a aliança francesa, por pressões exercidas pelos campeões da fação pró-francesa, o duque de Cadaval e Mendo de Fóios Pereira. Mas fê-lo a contragosto. D. Pedro resistiu o mais que pôde à liga com a França, culpando a Inglaterra e a Holanda por empurrarem Portugal para uma «grande infelicidade». E, no dia em que lhe trouxeram o texto da liga, tê-lo-á atirado para o chão, enfurecido, antes de o assinar³¹.

Nesta conjuntura de efervescência política, a entrada e audiência públicas do embaixador imperial foram sendo sucessivamente adiadas. Por um lado, porque a família real estanciou em Salvaterra, entre 19 de janeiro e 2 de maio de 1701, em virtude de uma epidemia de varíola que

grassava em Lisboa. Por outro, porque entre maio e junho as negociações com a França atrasaram os preparativos, deixando Waldstein muito insatisfeito. Eram sinal de ausência de interesse na sua realização, como fez saber a Leopoldo I³². A solenidade acabaria por ser marcada para o dia 13 de julho, já depois de clarificado o alinhamento externo de Portugal com a Espanha e a França. D. João de Almeida, 2.º conde de Assumar e vedor da Casa Real, foi incumbido de dar hospedagem ao Embaixador imperial³³.

A hospedagem iniciou-se no dia 10 de julho e pautou-se pela magnificência adequada à função. Decorreu sem incidentes e mereceu uma descrição pormenorizada de Waldstein³⁴. Bem impressionado com o tratamento que lhe foi dispensado por D. João de Almeida, o Embaixador elogiou o elevado número de carruagens utilizadas no transporte da sua pessoa e família e a fina louça em que foram servidas as refeições. Já a entrada pública, na sua ótica, não correu tão bem. O condutor, D. Francisco de Távora, conde do Alvor, que o foi buscar com cinco coches, cometeu uma infração protocolar ao não descer da carruagem para o ir cumprimentar na escadaria. Este desentendimento deixou sequelas no relacionamento de Waldstein com os conselheiros de Estado, e o assunto ainda voltaria a ser discutido em fevereiro de 1702, quando se preparava a audiência de despedida do embaixador³⁵.

Um outro incidente marcou também o cortejo que acompanhou o enviado de Leopoldo I até ao palácio real. Os residentes da Prússia e das Províncias Unidas envolveram-se num conflito de precedências, disputando entre si a primazia pela posição das suas carruagens. Da disputa resultaram feridos ligeiros entre a criadagem e um atraso na chegada do cortejo, que forçaram o Rei a intervir³⁶. Pese embora os incidentes e a insatisfação pelos «maus modos» do conde de Alvor, Carlos Ernesto deu-se por satisfeito com a cerimónia. Na sua retina ficaram as 32 carruagens enviadas por grandes e fidalgos para o acompanharem e bem assim o grande afluxo de povo que acudiu para assistir.

Uma vez realizada a entrada pública, Maria Teresa, condessa de Waldstein, resolveu regressar a Viena. Ainda foi recebida de forma privada no palácio Corte Real, para se poder despedir dos príncipes e da infanta D. Francisca, antes de partir no dia 30 de julho. O regresso da

Condessa coincidiu temporalmente com a chegada a Lisboa da procuração que conferia plenos poderes a Waldstein para negociar com o rei de Portugal³⁷. Pecava por tardia, como o Embaixador lastimou, porque com ela poderia ter conseguido adiar os tratados com a França e a Espanha. Mas não deixou de solicitar uma audiência junto de D. Pedro para lhe dar a conhecer as instruções que recebera. É também por esta altura que o nome de Roque Monteiro Paim começa a surgir nas suas missivas como interlocutor privilegiado. Homem de confiança do Rei, secretário de Estado e juiz da inconfidência integrava na Corte a fação que defendia o alinhamento externo antifrancês (CLUNY 2002: 71)³⁸.

A desejada clarificação das potências marítimas quanto à tomada de posição de Luís XIV concretizou-se finalmente a 7 de setembro de 1701. A Inglaterra, as Províncias Unidas e o Sacro Império coligaram-se na Grande Aliança de Haia, para travar o expansionismo da França. Duas imprudências francesas haviam sido determinantes para que Leopoldo I assegurasse o apoio de Londres e de Haia. Por um lado, tropas de Luís XIV iniciaram a ocupação de praças-fortes dos Países Baixos espanhóis, ato sentido como uma provocação quer pela Holanda, quer pela Inglaterra; por outro, Filipe V recusou-se a abdicar dos seus direitos sucessórios à Coroa de França, obrigando as potências europeias a equacionar a eventualidade de uma monarquia franco-espanhola, que poria em risco o equilíbrio europeu.

Entretanto, os relatórios de Carlos Ernesto de Waldstein expressam desalento e a convicção de que Portugal não iria anular o alinhamento com a França. Obteve, pois, autorização do Imperador para se despedir e regressar a Viena³⁹. A 25 de fevereiro de 1702, decorreu a audiência pública de despedida junto do Rei⁴⁰. Mas o início da guerra e os acontecimentos políticos subsequentes forçaram o adiamento da sua partida.

A 4 de maio de 1702, a Inglaterra declarou formalmente guerra a Luís XIV e ao duque de Anjou; a Holanda fê-lo a 8 e o Sacro Império no dia 15 desse mês (FREY; FREY 1983: 24-25; BÉRENGER 1990: 403-404). A partir de então, Portugal adquiriu uma importância redobrada enquanto potencial aliado, não só para o Imperador, mas também para as potências marítimas. Reconheceu-se que os seus portos seriam determinantes em opera-

ções navais contra interesses espanhóis e que a fronteira terrestre poderia servir de porta de entrada para uma invasão da Espanha (CLUNY 2002: 66).

É neste contexto que teve início uma ofensiva diplomática das potências marítimas em Lisboa. Em maio de 1702, chegam a Lisboa John Methuen e Francisco Schöenberg, enviados especiais da Inglaterra e das Províncias Unidas, com a incumbência de envidar esforços para obter a adesão de D. Pedro II à Grande Aliança (ALBRECHT 1933: 18; FRANCIS 1996: 111). Às pressões exercidas pelo conde de Waldstein na Corte portuguesa juntaram-se, pois, as instâncias de Methuen e de Schöenberg.

As negociações na Corte portuguesa arrastaram-se ainda por longos meses, mercê da complexidade da situação política e dos receios de uma retaliação militar francesa. Mas a viragem política e diplomática já estava em marcha. A 16 de setembro de 1702, D. Pedro II anulou o tratado com Luís XIV e, a 16 de maio de 1703, Portugal viu-se incluído num duplo tratado de aliança: o primeiro, de aliança defensiva com a Inglaterra e as Províncias Unidas; o outro, de aliança ofensiva e defensiva com a Inglaterra, o Sacro Império, as Províncias Unidas e a Saboia (CASTRO 1856: 140-154, 160-187). Com este realinhamento externo, D. Pedro II optava, em última instância, pela segurança do império português e dos seus fluxos comerciais, que só a força naval das potências marítimas poderia garantir.

Waldstein e o projeto de aliança dinástica com a Casa de Áustria

As hesitações e ambiguidades da posição portuguesa face à Guerra da Sucessão de Espanha não impediram que se dessem passos seguros para uma renovação da aliança familiar e política com a Casa de Áustria, que se concretizaria em 1708, por meio do casamento de D. João V com Maria Ana de Habsburgo. Se este projeto dinástico se iniciara ainda em vida da falecida rainha Maria Sofia de Neuburgo, não é menos certo que a conjuntura dos primeiros anos de 1700 ofereceu circunstâncias ideais para que o assunto ganhasse forma (BRAGA 2011: 370). As fontes portuguesas são omissas a este respeito, mas a correspondência do conde de Waldstein ilumina os termos em que a proposta foi, pela primeira vez, colocada à consideração de Leopoldo I, ainda que de forma oficiosa. Para

esse efeito, o embaixador imperial constituiu o intermediário indispensável.

A 26 de maio de 1702, os condes de Harrach, Mansfelt, Kaunitz e Bucellini, conselheiros do Imperador, reuniram-se no palácio de Laxenburg para analisar e discutir informações provenientes de Lisboa⁴¹. Entre elas figurava a hipótese de uma ou mesmo duas alianças matrimoniais entre os Bragança e as arquiduchessas, filhas de Leopoldo I e da imperatriz Leonor Madalena. Data da primavera de 1702 o início da sequência de acontecimentos que desencadeou aquela reunião.

Em momentos distintos, dois membros da casa alemã da falecida rainha D. Maria Sofia abordaram informalmente o conde de Waldstein. O primeiro era um médico alemão, nunca nomeado na correspondência, mas que o embaixador assegurava ter bom relacionamento com o rei D. Pedro. É provável que fosse Jacques Henriques, cirurgião da rainha entre 1692 e 1699. A «Dama Miranda» foi a segunda pessoa a insinuar-se junto do conde austríaco. Tratava-se de Helena Cristina de Retz, dama que viera em 1687 no séquito de D. Maria Sofia de Neuburgo e que, à data, servia na casa da infanta D. Francisca. Filha de Jorge de Retz, do Conselho do Rei da Dinamarca e seu Embaixador na Corte de Madrid, consorciara-se, em 1691, com António José de Miranda Henriques, filho de Manuel de Miranda Henriques, mestre de campo no Alentejo, general das frotas do Brasil e governador de Évora (MORAIS 1945: 157; SOUSA 1955: 29). Quer o médico alemão, quer a dama da Casa da Rainha sondaram Waldstein sobre a eventualidade de uma aliança matrimonial com a casa imperial, embora o fizessem em termos muito vagos. O Embaixador entendeu não lhes dar crédito e só ventilou o sucedido em duas missivas trocadas com o pai.

Entretanto, pouco tempo depois, Carlos Ernesto seria forçado a mudar de ideias. Por um lado, porque o médico alemão lhe garantiu que o próprio D. Pedro II lhe perguntara se estaria disposto a fazer uma viagem a Viena para fazer uma «inspeção ocular» às arquiduchessas. Por outro lado, porque soubera entretanto que, em vida da rainha D. Maria Sofia, a «Dama Miranda» se tinha correspondido com a imperatriz, e que intercedia em nome de uma figura influente na Corte, muito próxima do Rei, mas que pretendia permanecer anónima. Faria certamente

parte do partido que defendia uma aliança com a Inglaterra e que incluía o padre Sebastião Magalhães e Roque Monteiro Paim. Parecendo certo que o projeto de aliança matrimonial provinha, senão do próprio Rei, de alguém com influência junto de D. Pedro II, Waldstein já não o poderia ignorar. Apressou-se, pois, a comunicar à Corte de Viena que Helena de Retz lhe propusera sucessivamente três matrimónios com arquiduquesas: do príncipe herdeiro D. João, do infante D. Francisco e até mesmo do próprio rei D. Pedro.

Em Laxenburg, a posição dos conselheiros foi cautelosa. Muito embora não tivessem razões para duvidar do fundamento que teriam os dois intervenientes alemães, recomendavam a Waldstein que envidasse esforços para comprovar a seriedade da proposta, antes de dar qualquer passo. Lembraram ainda ao Imperador que, em Portugal, as rainhas consortes costumavam ser tratadas com muita severidade e mantidas em clausura, numa alusão evidente à experiência de Maria Sofia de Neuburgo, em Lisboa⁴². Quanto às propostas em si, descartaram qualquer hipótese de consórcio de uma arquiduquesa com D. Pedro II: para além da avançada idade do monarca, os seus descendentes não teriam qualquer esperança de sucessão. Este último argumento era também utilizado para declinar um consórcio que envolvesse o infante D. Francisco, tanto mais que os Habsburgo não tinham por hábito conceder arquiduquesas em casamento com segundogénitos, mesmo que de casas reinantes. Restava, pois, a hipótese de uma aliança matrimonial protagonizada pelo príncipe D. João, herdeiro e sucessor, que apenas seria de ponderar caso Portugal desfizesse a aliança com a França e a Espanha, ou se, pelo menos, escolhesse a neutralidade no conflito.

Leopoldo I conformou-se com o parecer dos seus conselheiros e instruiu Waldstein no sentido de garantir aos seus interlocutores que a proposta de consórcio do príncipe D. João com uma arquiduquesa teria bom acolhimento, desde que Portugal se desvinculasse da liga com a França⁴³. Não se verificando esta última condição, o projeto matrimonial foi temporariamente suspenso. Waldstein teve ainda uma última reunião com Helena Cristina de Retz, em agosto de 1702, e numa das suas missivas lamentou o facto de o comitente da proposta não se ter dado a conhecer⁴⁴.

Os meses seguintes foram ainda de grande indecisão na Corte quanto aos alinhamentos externos. Waldstein desdobrou-se em audiências com D. Pedro e em conferências com os seus interlocutores mais diretos, Roque Monteiro Paim e o padre Sebastião Magalhães, para além de John Methuen e Francisco Schöenberg⁴⁵. Além das hesitações da Corte, desentendimentos entre as potências coligadas sobre as contrapartidas a oferecer a D. Pedro II, dificultaram o andamento das negociações (ALBRECHT 1933: 18-25; FRANCIS 1966: 112 e seg.).

A 6 de setembro de 1702, usando como pretexto o facto de Luís XIV não ter enviado o auxílio militar naval consagrado no tratado de 18 de junho de 1701, a aliança com a França foi denunciada (FRANCIS 1966: 133-134). E, no final de novembro desse ano, D. Pedro II predisps-se a negociar com os representantes diplomáticos da Inglaterra e das Províncias Unidas os termos da adesão à Grande Aliança. Com a viragem diplomática da política externa portuguesa, o casamento do jovem príncipe D. João voltava à discussão.

O assunto foi diretamente levantado por Roque Monteiro Paim junto do conde de Waldstein, em meados de dezembro de 1702. O secretário propôs-lhe um duplo casamento: o de D. João com uma arquiduquesa, e o do arquiduque Carlos com a infanta D. Teresa (1696-1704), filha mais velha de D. Pedro II e de D. Maria Sofia⁴⁶. Em causa estava, pois, uma troca de rainhas, e a expectativa de colocar uma representante da Casa Bragança no trono de Espanha, se o desfecho da guerra fosse o desejado. Mais uma vez, cumprindo instruções, Waldstein foi evasivo: a decisão sobre o primeiro matrimónio era prematura, porque Portugal não tinha formalizado a adesão à causa do arquiduque Carlos; e afastou resolutamente a hipótese do segundo consórcio, mercê da diferença de idade que separava os eventuais nubentes, lembrando ainda que a infanta D. Teresa nem sequer tinha completado o sétimo ano de vida. Em todo o caso, estava encontrado um interesse comum. Instruções de Viena, datadas de janeiro de 1703, recomendavam ao conde de Waldstein que mantivesse total abertura a uma proposta de matrimónio do príncipe herdeiro de Portugal com uma arquiduquesa⁴⁷.

Epílogo

Depois de meses de negociações, a 16 de maio de 1703, consumava-se a adesão da monarquia portuguesa à Grande Aliança. Às duas da tarde, os representantes dos aliados e os ministros portugueses chegavam a acordo e os 26 artigos do Tratado foram assinados quatro horas volvidas⁴⁸. A ofensiva diplomática das potências coligadas chegava assim ao fim, saldando-se numa vitória diplomática da Inglaterra. Como é conhecido, nos últimos meses, John Methuen negociou secretamente com D. Pedro II, à revelia dos outros embaixadores, as condições da adesão de Portugal (FRANCIS 1966: 149 e 159-161). A correspondência de Waldstein para Viena amplifica os protestos que representou junto da Corte de Lisboa durante a última fase das negociações, bem como a forte desconfiança do Imperador quanto à participação de Portugal na Grande Aliança.

Na verdade, os termos do tratado não foram inteiramente satisfatórios para Leopoldo I. Embora obtivesse o reconhecimento das pretensões do arquiduque Carlos por parte das potências coligadas, o Imperador foi forçado a aceitar cláusulas que previam a fragmentação da monarquia espanhola, em virtude das contrapartidas territoriais exigidas pelo apoio português, com a entrega de praças na Estremadura (Badajoz, Alcântara, Valência), na Galiza (Tui e Vigo) e da colônia do Sacramento, na margem setentrional do rio da Prata. O tratado condicionava ainda a participação de Portugal na Grande Aliança ao desembarque do arquiduque Carlos em Lisboa e à chegada de um contingente militar. Leopoldo I aceitou a cláusula com relutância (ALBRECHT 1933: 52; FREY; FREY 1983: 66-67).

Para Carlos Ernesto de Waldstein, a assinatura do Tratado representou o fim da missão diplomática. Endereçou ao Imperador uma última missiva, a 17 de maio, e abandonou Lisboa, a bordo de um navio holandês, rumo a Londres⁴⁹. A viagem seria atribulada. O navio em que seguia foi apresado por franceses em alto mar e o diplomata feito prisioneiro. Esteve encarcerado 10 meses, em Vincennes, antes de conseguir regressar à Áustria. Se Lisboa e a sua Corte foram para ele uma experiência dececionante, a correspondência que trocou com Viena não deixa de ser um contributo inestimável para o conhecimento mais aprofundado de um momento marcante da história portuguesa.

NOTAS

- ¹ Haus-, Hof- und Staatsarchiv (HHStA), Staatenabteilung (StAbt), Portugal, caixa 2, 2-5, f. 81-82 v., 10 jul. 1700.
- ² HHStA, StAbt, Portugal, caixas 2, 3 e 4.
- ³ A convergência com a forma de escrita em uso na Europa Ocidental inicia-se na década de 1940, com a aplicação dos caracteres latinos à escrita alemã (*Normalschrift*).
- ⁴ José Fernando da Baviera era filho de Maximiliano II Manuel, príncipe eleitor da Baviera, e da arquiduquesa Maria Antónia, única filha sobrevivida do primeiro consórcio de Leopoldo com a infanta Margarida Teresa.
- ⁵ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 62 e 63-63v.º, 17 fev. 1699.
- ⁶ Cf. Livros de matrícula do *Hofstaat* de Leopoldo: <<http://oesta.gv.at/site/6662/default.aspx>>.
- ⁷ Sobre esta embaixada, cf. Almeida (2001) e Miranda e Miranda (2014).
- ⁸ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 40-50, 27 jun. 1699.
- ⁹ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 40-40v.; «Relação da Embaixada e Entrada Pública que deu nesta Corte o conde de Waldstein, embaixador extraordinário da Alemanha, ao Senhor Rei D. Pedro II, escrita pelo conde de Assumar D. João de Almeida vedor da Casa Real que por ordem de El-Rei lhe fez a hospedagem» (SALDANHA 2009b: 316-317).
- ¹⁰ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, liv. 800, f. 45-46 v., 31 maio 1698 e f. 61 v., 19 ago. 1698.
- ¹¹ «Relação da Embaixada e Entrada Pública que deu nesta Corte o conde de Waldstein» (SALDANHA 2009b: 316).
- ¹² HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 40-50, 27 jun. 1699.
- ¹³ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 60-60 v., 27 jun. 1699.
- ¹⁴ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 58-58 v, 27 jun. 1699.
- ¹⁵ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 39, 19 set. 1699; id., cx. 3, f. 750-752 v.
- ¹⁶ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 66-70, 06 jun. 1700 e f. 71-80, 18 jun. 1700.
- ¹⁷ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 83-88, 20 jul. 1700.
- ¹⁸ «Journal des cérémonies de mon Ambassade au Portugal. Par le Président Rouillé» (SALDANHA 2009a: 248).

- ¹⁹ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 89-90 v., 20 jul. 1700.
- ²⁰ Sobre Paul Methuen, cf. Francis (1966: 63 e 72-73).
- ²¹ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 114-120 v., 17 ag. 1700.
- ²² HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 96-97 v. e f. 109-111 v., 2 ago. 1700 e 3 ago. 1700.
- ²³ No original: «bey deroselben ich so dan mein condolenz compliment abgelegt unter selbigem haben Ihre Mayestat zu verschiedenen mahlen geseufftzt mithin dero empfindlichkeit mit nassen augen nicht undeutlich zu verstehen gegeben».
- ²⁴ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 114-120 v., 17 ago. 1700.
- ²⁵ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 2-5, f. 121-128, 17 ago. 1700.
- ²⁶ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 5, f. 218-219 v., 6 nov. 1700.
- ²⁷ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 2, 5, f. 222-235, 14 nov. 1700; *idem*, f. 260-260 v., 05/12/1700; Francis (1966: 98-99).
- ²⁸ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 310-313, 01 fev. 1701.
- ²⁹ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 340-341, 14 mar. 1701; *idem*, f. 348-351, 15 mar. 1701.
- ³⁰ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 419-427, 26 abr. 1701.
- ³¹ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 475-485 v., 20 jun. 1701.
- ³² HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 440-447, 24 maio 1701 e f. 453-470, 07 jun. 1701.
- ³³ «Relação da Embaixada e Entrada Pública que deu nesta Corte o conde de Valdstein» (SALDANHA 2009b).
- ³⁴ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 508-518 v., 19 jul. 1701.
- ³⁵ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 612-615, 14 fev. 1702.
- ³⁶ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 303-303 v., 2 ago. 1701.
- ³⁷ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 450, 4 jun. 1701; f. 532-541 v., 2 ago. 1701.
- ³⁸ Sobre Roque Monteiro Paim, cf. Cunha; Monteiro (2010: 70-71).
- ³⁹ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 574-578 v. e f. 592-592 v., 12 nov. 1701.
- ⁴⁰ «Journal des cérémonies de mon Ambassade» (SALDANHA 2009a: 251).
- ⁴¹ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 692-698 v., 26 maio 1702.

- ⁴² No original alemão: «dass die Ehegemahlinen in Portugal hart gehalten und gleichsamb eingesperret zu werden pflegen». HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 698.
- ⁴³ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 716-717 v., 10 jun.1702.
- ⁴⁴ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 769-772 v., 8 ago.1702.
- ⁴⁵ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 727-730, 19 jun.1702.
- ⁴⁶ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 3, f. 869-874, 14 dez. 1702.
- ⁴⁷ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 4, 4-1, f. 279-280, 26 jan.1703.
- ⁴⁸ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 4, 4-1, f. 105-137v. (CASTRO 1856: 185; ALBRECHT 1933: 61-62).
- ⁴⁹ HHStA, StAbt, Portugal, cx. 4, 4-1, f. 85-87 v., 17 maio 1703.

BIBLIOGRAFIA

- ALBRECHT, Johannes (1933) – *Englands Bemühungen um den Eintritt Portugals in die Grosse Allianz, 1700-1703*. Bremen: Gustav Winters Buchhandlung Franz Quelle Nachf.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de (2001) – «Missões diplomáticas portuguesas em Viena de Áustria nos fins do século XVII». *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, 1 (2001)13-24.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de (1973) – *A colónia do Sacramento na época da Guerra de Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- BÉRENGER, Jean (2004) – *Leopold I.^{er} (1640-1705). Fondateur de la puissance autrichienne*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BÉRENGER, Jean (1990) – *Histoire de l'Empire des Habsbourg (1273-1818)*. Paris: Fayard.
- BRAGA, Paulo Drummond (2011) – «Maria Sofia Isabel de Neuburgo (1666-1699)». In Isabel Drummond Braga; Paulo Drummond Braga – *Duas rainhas em tempo de novos equilíbrios europeus*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CASTRO, José Ferreira Borges de (1856) – *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 2.
- CLUNY, Isabel (2002) – «A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa». *Penélope*, 26 (2002) 63-92.

- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2010) – «Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII». In M. Soares da Cunha; J. Hernández Franco – *Sociedade, Família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma história comparativa*. Lisboa: Colibri, 47-75.
- EDELMAYER, Friedrich (2009) – «La guerra de sucesión española en el Sacro Imperio». In Francisco García González, ed. – *La guerra de sucesión en España y la batalla de Almansa: Europa en la encrucijada*. Madrid: Sílex, 95-108.
- FRANCIS, A. D. (1966) – *The Methuens and Portugal, 1691-1708*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FREY, Linda; FREY, Marsha (1983) – *A question of empire: Leopold I and the War of the Spanish Succession, 1701-1705*. New York: Colombia University Press.
- GUTZWILLER, Hellmut (1992) – «Die Entwicklung der Schrift in der Neuzeit». *Archiv für Diplomatik, Schriftgeschichte, Siegel- und Wappenkunde*, 38(1992): 381-488.
- HRBEK, Jiří (2013) – *Barokní Valdštejnové v Čechách (1640-1740)*. Praha: České dějiny, Lidové noviny, Filozofická fakulta UK.
- HUSS, Frank (2008) – *Der Wiener Kaiserhof, Eine Kulturgeschichte von Leopold I bis Leopold II*. Gernsbach: Katz Verlag.
- INGRAO, Charles W. (1982) – *Josef I.: der «vergessene» Kaiser*. Graz: Styria Verlag.
- KELLENBENZ, Herman (1966) – «Harrach, Grafen von». *Neue Deutsche Biographie*. Berlin: Duncker und Humblot. Vol. 7, 689-699.
- MAYER, Franz Martin (1884) – «Die Allianz Portugals mit dem Kaiser Leopold I. und den Seemächten im Jahre 1703». *Zeitschrift für die österreichischen Gymnasien*, 35 (1884) 1-27.
- MIRANDA, Susana Münch; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis (2014) – *Maria Ana de Áustria. A rainha arquiduquesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MORAIS, Cristóvão Alão de (1945) – *Pedatura Lusitana. Nobiliário de famílias de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado. T. 3, vol. 1.
- SALDANHA, José-Segismundo, ed. (2009a) – «Journal des cérémonies de mon Ambassade au Portugal. Par le Président Rouillé». *Negócios Estrangeiros*, 15 (dez. 2009) 235-256.
- SALDANHA, José-Segismundo, ed. (2009b) – «Relação da embaixada e entrada pública que deu nesta Corte o conde de Valdstein, embaixador extraordinário da

Alemanha, ao Senhor Rei D. Pedro II, escrita pelo conde de Assumar D. João de Almeida vedor da Casa Real que por ordem de El-Rei lhe fez a hospedagem». *Negócios Estrangeiros*, 14 (abr. 2009) 315-323.

SANTIFALLER, Leo (1930) – *Bozener Schreibriften der Neuzeit*. Beiträge zur Paleographie. Jena: Gustav Fischer.

SIENELL, Stefan (2001) – *Die Geheime Konferenz unter Kaiser Leopold I. Personelle Strukturen und Methoden zur politischen Entscheidungsfindung am Wiener Hof*. Frankfurt am Main: Peter Lang.

SOUSA, António Caetano de (1955) – *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa*. [2.ª ed.]. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora. T. 12, 1.